

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
30 de junho de 2025
(Em R\$ 1,00), exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Vue Instituição de Pagamento S.A. (“Vuepay”) com sede em Mathias Lobato/MG, Avenida Getúlio Vargas, 77, Centro, CEP 35110-000, foi constituída em 26 de julho de 2024. A Companhia tem como atividades a prestação de serviços voltados ao suporte e à intermediação de serviços financeiros, incluindo operações auxiliares não especificadas anteriormente, como representação de instituições financeiras e prestação de serviços correlatos. Atua também na estruturação de soluções financeiras alternativas, abrangendo a emissão e gestão de benefícios como vales-alimentação, vales-transportes e similares. Além disso, realiza serviços de agenciamento e intermediação de negócios em geral.

A Vuepay IP obteve, em 31 de janeiro de 2025, autorização para atuar como instituição de pagamento em funcionamento na modalidade como emissora de moeda eletrônica, concedida pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”). Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Companhia passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (“SPB”), inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), do BACEN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”).

De acordo com Resolução BCB nº 2/20 e alterações Resolução BCB nº 367/24, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, devem preparar suas demonstrações contábeis, seguindo critérios e procedimentos mencionados nestes normativos, que tratam da divulgação de demonstrações contábeis intermediárias, semestrais e anuais, bem como de seu conteúdo que inclui os balanços patrimoniais e as demonstrações de resultado, de resultado abrangente, dos fluxos de caixa e das mutações de patrimônio líquido, as notas explicativas e a divulgação de informações sobre os resultados não recorrentes.

Os critérios contábeis oriundos desta resolução foram aplicados prospectivamente a partir de sua vigência, e seus efeitos de ajustes decorrente das mudanças de metodologia de critérios contábeis foram registrados em contrapartida aos Lucros e Prejuízos acumulados, por seu saldo líquido de efeitos tributários.

3. Principais políticas contábeis

3.1. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis vigentes no Brasil, aplicáveis às instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil. A elaboração segue os princípios da Lei das Sociedades por Ações, bem como as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo próprio BACEN, incluindo as Resoluções CMN nº 4.818/2020, BCB nº 2/2020 e BCB nº 352/2023. O modelo contábil adotado está alinhado ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
30 de junho de 2025
(Em R\$ 1,00), exceto quando indicado de outra forma)

Em conformidade com o artigo 102 da Resolução BCB nº 352, é facultada às instituições a apresentação de informações comparativas nas demonstrações financeiras de 2025. Optando por essa prerrogativa, esta demonstração está sendo divulgada sem período comparativo.

As normas internacionais de contabilidade emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que ainda não foram incorporadas pelo BACEN não foram aplicadas. Apenas os pronunciamentos já homologados pelo BACEN foram considerados na elaboração destas demonstrações, conforme detalhado a seguir.

- CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro
- CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
- CPC 27 – Ativo Imobilizado

3.2. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, reconhecendo receitas e despesas no período em que são geradas, de forma simultânea quando relacionadas, independentemente do recebimento ou pagamento efetivo.

3.3. Disponibilidades e caixa e equivalentes de caixa

A Vuepay mantém recursos em conta movimento de Bancos e em aplicações financeiras de alta liquidez com o objetivo de atender às necessidades operacionais de curto prazo, sem finalidade de investimento ou outro uso específico.

São considerados equivalentes de caixa as aplicações que podem ser convertidas rapidamente em dinheiro, com risco insignificante de alteração de valor.

Nas demonstrações financeiras referentes ao semestre encerrado em 30 de junho de 2025, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os saldos em conta movimento de Bancos e em aplicações interfinanceiras de liquidez, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.818, de 29 de maio de 2020.

3.4. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados conforme os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 4.966/2021, considerando o modelo de negócios adotado pela instituição para a gestão dos ativos financeiros e as características contratuais dos respectivos fluxos de caixa, nas seguintes categorias:

Custo Amortizado: Inclui ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos devem corresponder exclusivamente a pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas previamente estabelecidas.

Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Abrange ativos financeiros geridos para gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo, com transferência substancial de riscos e benefícios. Os fluxos de caixa devem se limitar a pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas específicas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
30 de junho de 2025
(Em R\$ 1,00), exceto quando indicado de outra forma)

Valor Justo no Resultado (VJR): Compreende os demais ativos financeiros que não atendem às condições das categorias anteriores.

3.5. Intangível

As licenças de software são registradas como ativos intangíveis com base nos custos incorridos para aquisição e preparação para uso. Esses valores são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil estimada de cinco anos, ou conforme o prazo contratual de concessão estabelecido com o fornecedor, quando este for inferior. Os custos relacionados à manutenção de software são reconhecidos como despesa quando incorridos.

3.6. Resultados recorrentes e não recorrentes

Conforme a Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, artigo 34, os resultados devem ser divulgados de forma segregada entre recorrentes e não recorrentes. Considera-se resultado não recorrente aquele que não se relaciona, ou se relaciona apenas de forma incidental, às atividades típicas da instituição e que não se espera ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

3.7. Imposto de renda e contribuição social e demais Impostos Federais – correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base no lucro tributável do exercício, que difere do lucro contábil por excluir receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em períodos distintos, além de itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real trimestral com base nas alíquotas efetivas, vigentes na data da elaboração das demonstrações. A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável – Real acrescido do adicional de 10% sobre o lucro real que exceder a R\$ 60.000 por trimestre de apuração. A provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido ajustado é calculado à alíquota de 9%;

As contribuições para o PIS/PASEP e COFINS foram calculadas à alíquota de 0,65% e 4% respectivamente e são apuradas pelo regime cumulativo

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2025
Disponibilidades – em moeda nacional	29.430
Disponibilidades – em moeda estrangeira	-

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são mantidos com o objetivo de atender às necessidades de caixa de curto prazo e incluem valores disponíveis em contas bancárias. O valor de remuneração de caixa e equivalentes de caixa para o semestre findo em 30 de junho de 2025 é de R\$ 29.340.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
 30 de junho de 2025
 (Em R\$ 1,00), exceto quando indicado de outra forma)

5. Títulos e valores mobiliários

	30/06/2025
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	2.131.396
Cotas de Fundo de Renda Fixa - Bradesco	2.131.396

Os títulos e valores mobiliários registrados nesta demonstração referem-se à aplicação de recursos em cotas do fundo de investimento Bradesco FIC FI RF Referenciado DI Max, classificado como fundo de renda fixa referenciado ao CDI, com duração baixa e grau de investimento.

A aplicação tem como objetivo a preservação de capital e a obtenção de rentabilidade compatível com as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários (CDI), por meio de investimentos em cotas de fundos que atuam preponderantemente no mercado de taxa de juros doméstica.

6. Ativos e Passivos Fiscais

	30/06/2025
Ativos Correntes	12.151
Imposto de Renda a Recuperar - Rendimentos Financeiros	12.151

	30/06/2025
Passivos Correntes	7.746
PIS	1.083
COFINS	6.663

Em 30 de junho de 2025, os ativos fiscais compreendem Imposto de Renda a Recuperar sobre rendimentos financeiros, no montante de R\$ 12.151.

Os passivos fiscais referem-se a obrigações tributárias correntes de PIS e COFINS, totalizando R\$ 7.746, sendo R\$ 1.083 de PIS e R\$ 6.663 de COFINS.

7. Intangível

	30/06/2025
Outros Valores e Bens	43.065
Intangíveis	43.065

Em 30 de junho de 2025, o saldo de R\$ 43.065 registrado no grupo de intangíveis refere-se à aquisição de licença de uso do software C&M, contratado como provedor de serviços de tecnologia da informação (PSTI) para viabilizar o acesso ao Sistema Brasileiro de Pagamentos (SBP).

A licença é classificada como ativo intangível, conforme os critérios do CPC 04 (R1), e será amortizada conforme a vida útil estimada do contrato.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
30 de junho de 2025
(Em R\$ 1,00), exceto quando indicado de outra forma)

8. Patrimônio Líquido

8.1. Capital Social

Em 30 de junho de 2025, o capital totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 2.000.000, representado por 2.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

8.2. Aumento de Capital – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)

Encontra-se em andamento Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no montante de R\$ 100.000, em caráter irrevogável e irretirável, destinado à futura integralização de capital social, conforme deliberação dos acionistas. O referido adiantamento será convertido em capital social após a conclusão dos trâmites societários pertinentes.

8.3. Reservas de Lucros

A Instituição apresenta saldo de R\$ 96.697 em reserva de lucros, composto pelos seguintes elementos:

- R\$ 2.371 referentes a ajustes de exercícios anteriores de 2024;
- R\$ 24.538 referentes ao lucro apurado no primeiro semestre de 2024;
- R\$ 64.734 referentes ao lucro apurado no primeiro semestre de 2025;

8.4. Eventos subsequentes

Em 15 de agosto de 2025, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, na qual foi aprovado o aumento do capital social no montante de R\$ 3.500.000. A integralização ocorreu por meio de subscrição privada, conforme proporções definidas entre os acionistas, com o objetivo de fortalecer a estrutura de capital da entidade.

Em data de 24 de outubro de 2025, através do ofício 26979/2025-BCB/DEORF/GTBHO, processo 293689, houve o deferimento pelo Banco Central do Brasil aprovando a alteração do capital social para R\$ 5.500.000.

Este evento subsequente, ocorrido após a data-base das demonstrações contábeis, não origina ajustes nos saldos apresentados, mas é considerado relevante para a compreensão da posição patrimonial e financeira da Companhia, conforme previsto na NBC TG 24 (R2) – Evento Subsequente e na IAS 10 – Events After the Reporting Period.

A data de autorização para emissão das demonstrações contábeis é anterior à deliberação mencionada, razão pela qual o evento é divulgado exclusivamente por meio desta nota explicativa, em conformidade com os requisitos de divulgação estabelecidos nos parágrafos 17 a 22 da NBC TG 24 (R2).

9. Receitas

	30/06/2025
Rendas de aplicações - Fundo Bradesco	133.858

10. Despesas administrativas

As despesas administrativas, no valor global de R\$ 22.652, se apresentam detalhadas em conformidade com o quadro demonstrativo a seguir:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
30 de junho de 2025
(Em R\$ 1,00), exceto quando indicado de outra forma)

	30/06/2025
Despesas de comunicações	284
Despesas de Honorários	14.952
Despesas de serviços do sistema financeiro	1.079
Despesas de serviços de terceiros	2.018
Despesas de serviços técnicos especializados	3.200
Outras despesas administrativas	1.119

11. Despesas de amortização

	30/06/2025
Sistemas de Processamento de Dados	6.853

12. Despesas tributárias

As despesas tributárias estão distribuídas na Demonstração de Resultado a título de Outras Despesas Operacionais, no valor de R\$ 6.275, como também no provisionamento de Imposto de Renda, R\$ 14.712, e provisionamento para Contribuição Social sobre Lucro Líquido, no valor de R\$ 8.827.:

	30/06/2025
Despesa de contribuição ao cofins	5.397
Despesa de contribuição ao pis/pasep	877
Impostos e contribuições sobre lucros	23.539

Eduardo Luiz Almeida de Queiroz
Diretor

Alexandre Neves de Araujo Costa
Diretor

Pedro Henrique Junior
Contador
Reg. No CRC – RN sob o No. 008746/O-0